

Antropologia política e gênero: uma breve digressão histórica

VINICIUS KAUÊ FERREIRA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ), RIO DE JANEIRO – RJ

[HTTPS://ORCID.ORG/0000-0001-9925-3304](https://orcid.org/0000-0001-9925-3304)

VINICIUS.FERREIRA@UERJ.BR

Introdução

A esfera do “político” tem ocupado o centro do pensamento antropológico desde as origens da disciplina, de modo mais ou menos explícito. Se consideramos o período anterior à institucionalização da disciplina, vemos que o político enquanto esfera da vida social funda certa tradição filosófica preocupada com a diferença cultural, na qual se baseará a antropologia no seu período formativo. Não é à toa que muitos historiadores da disciplina buscam em filósofos iluministas do século 18, tais como David Hume e Montesquieu, as bases de um pensamento antropológico do político. Em seu *Espírito das Leis* (1749), Montesquieu já criticava, por meio da análise de descrições realizadas por exploradores e missionários, a filosofia social e política de sua época por considerá-la excessivamente normativa, centrada em concepções jurídicas europeias e voltada à construção de hierarquias civilizacionais que repousavam essencialmente na dicotomia entre sociedades com e sem Estado – sendo as primeiras consideradas mais avançadas do que as segundas. O projeto comparatista de Montesquieu, apesar dos limites próprios ao exercício intelectual de um filósofo europeu do século 18, é um dos primeiros a propor uma compreensão senão relativista, ao menos nuançada da vida social e política de diferentes sociedades graças à crítica que sua obra portava também às instituições europeias.

Sobretudo ao longo do século 19, as teorias sociais e filosóficas seriam dominadas por diferentes vertentes do evolucionismo social para as quais os debates sobre o exercício do poder se revelaram centrais. A vocação hierarquizante do evolucionismo, expressa na estratificação cultural e intelectual das sociedades humanas, estava então amplamente pautada em concepções eminentemente legalistas do poder e da vida política que funcionavam como quadro analítico que diferenciava as sociedades “acé-

falas” (sem Estado) daquelas “civilizadas” (com Estado). Tal divisão fundava-se em um debate anterior que pautava certa filosofia política desde o século 16, representada na célebre noção de “Estado de Natureza” à qual haviam contribuído, cada um a seu modo, figuras como Thomas Hobbes, Jean-Jacques Rousseau e John Locke. Segundo este postulado, a instituição de um governo socialmente reconhecido instauraria uma sociedade civil, superando o Estado de Natureza no qual ainda se encontrariam certos povos carentes de instituições políticas destinadas ao exercício da autoridade. No século 19, prevalecia sobretudo a formulação do conceito conforme apresentada em 1651 por Hobbes (1998), que caracterizava o Estado de Natureza através da concorrência violenta entre os indivíduos, ideia esta que contribuiu à disseminação da noção de “barbárie” como designadora de sociedades sem Estado, tendo sido amplamente apropriada pela antropologia evolucionista.

Exemplos das influências do debate hobbesiano são as obras de Henry Maine, *Ancient Law* (1861), e de Lewis Morgan, *Ancient Society* (1877), ambos juristas de formação e representantes de uma antropologia evolucionista essencialmente preocupada com as condições de manutenção da “ordem” e da “harmonia social”. Nessa literatura, o político é equacionado ao exercício formal do poder, estando localizado no interior de instituições de coerção e exercido através de cargos de autoridade, cujo ápice é caracterizado pela emergência do Estado moderno. Sociedades “sem Estado” foram sistematicamente como denominadas “acéfalas”, ainda que muitos autores não negassem completamente a existência de estruturas de exercício de poder no seu interior. O que é interessante nessa tensão conceitual é que muitos autores apontaram para o fato de que tais estruturas de poder se baseavam em grande medida na diferença sexual. Nessas obras, as teorias de parentesco e filiação – temas típicos da filosofia legalista europeia preocupada com a problemática da coesão social – funcionavam como quadros privilegiados de análise através dos quais seria possível compreender relações de poder constitutivas do mundo social. Não à toa, *Ancient Law*, de Henry Maine, dedica-se a temas como a tutela de mulheres, regras de casamento, a exclusão das mulheres de funções sacerdotais e a guarda de órfãos como expressão de exercício do poder das mulheres. Entretanto, apenas a partir dos anos 1930 seriam publicados os primeiros estudos especialmente dedicados à questão da diferença sexual e ao lugar das mulheres em diferentes contextos culturais, realizados por mulheres antropólogas.

Dito isso, é preciso ter em vista também que o evolucionismo nunca foi uma corrente homogênea (Schwarcz, 1993), e que suas fundações teóricas e axiomáticas encontravam equivalência em tradições que não eram denominadas como evolucionistas, mas que se fundavam sobre visões igualmente hierarquizantes e teleológicas da humanidade. Pressupostos evolucionistas, sobretudo em relação à problemática do político e do poder, continuaram presentes em outras correntes antropológicas e sociológicas do século 20, como o difusionismo e o funcionalismo. A problemática da autoridade e dos mecanismos políticos de manutenção da ordem e da coesão social também não era exclusiva dos evolucionistas; pelo contrário, trazia para um terreno comum de debate muitas vertentes antropológicas e sociológicas da época, como no caso da Escola Sociológica Francesa, da Escola Alemã de Sociologia, ou ainda dos primórdios da Escola de Sociologia de Chicago; e muitas das teorias dessas escolas ainda repousavam em alguma medida em divisões legalistas avançadas pelo evolucionismo no século 19.

As críticas mais sistemáticas à visão institucionalista, ou legalista, obcecada pelas formas de autoridade na produção de coesão social, viriam a ganhar espaço nos anos 1940 junto à tradição britânica de antropologia social. A publicação de *Sistemas Políticos Africanos* (1940), organizado por Meyer Fortes e E.E. Evans-Pritchard, é frequentemente citado como obra seminal para uma nova compreensão “do político” como fenômeno social mais amplo, dinâmico e multiforme, para além do Estado e da dimensão autoritativa do poder. Amplamente influenciados pela perspectiva estrutural-funcionalista que pautava a coletânea, os diferentes capítulos do livro apontam para a análise comparativa de sociedades definidas enquanto entidades voltadas ao equilíbrio social interno, mas dando maior centralidade à interdependência das diferentes unidades políticas estudadas, reconhecendo que elas existem dentro de sistemas mais vastos de relações políticas. Não obstante a importância da obra para análise das formas do político em sociedades africanas, até então consideradas politicamente amorfas, autores logo criticariam o pouco reconhecimento dado às transformações históricas das formas políticas dessas sociedades, sobretudo na relação com a colonização.

A crítica à visão estrutural-funcionalista sobre os sistemas políticos seria produzida ainda nos anos 1940 por autores associados ao que seria conhecida como a Escola de Manchester, composta por pesquisadores como Max Gluckman, Clyde Mitchell, Elizabeth Colson, Edmund Leach, Friedrik Barth e Victor Turner. Influenciada pela perspectiva estruturalista que dominava a antropologia britânica de sua época, esses autores construíram uma base epistemológica renovada para a análise das relações de poder e processos políticos, integrando o conflito como elemento positivo da análise antropológica ao estudar temas como a colonização, industrialização e urbanização na África Central. Gluckman, seguidamente referido como o fundador dessa escola, partiu dos trabalhos supracitados de Evans-Pritchard e Fortes sobre sistemas políticos, dinamizando as teorias existentes ao relativizar o peso das normas sociais. Através de etnografias hoje clássicas (Gluckman, 1940, 1955), o antropólogo sul-africano evidenciou o aspecto ambíguo e dinâmico das relações de poder no contexto colonial da época. Suas análises evocam a desigualdade e a violência próprias ao poder colonial, mas destacando a ambiguidade dessas relações através das negociações e ritualizações necessárias à manutenção de identidades sociais e culturais locais diante do domínio europeu.

Essa antropologia política nascente aparecia como uma crítica acadêmica e política à colonização que não apenas produzia profundas mudanças sociais no contexto africano, mas também renovavam a própria prática antropológica que, como sabemos hoje, beneficiava-se do domínio colonial para sua prática, sem necessariamente se engajar com o seu regime, ainda que em muitos casos tenha participado do projeto colonial de bom grado (Fabian, 1983).

Mulheres, Cultura e Poder

Uma história normal da Antropologia Política costuma situar a emergência deste campo nos anos 1940, adotando como marco a publicação de *Sistemas Políticos Africanos* e a ascensão da Escola de Manchester. Entretanto, muitos trabalhos anteriores ou contemporâneos a essas correntes, em outros lugares do mundo, já discutiam a articulação entre política, poder e gênero, ainda que não pos-

samos falar de um campo no sentido forte do termo. Em 1935, Margareth Mead publicava seu *Sexo e Temperamento*, um estudo etnográfico junto aos Arapesh da Papua Nova Guiné, sustentando que, entre certos grupos do arquipélago, mulheres adotavam comportamentos que a antropologia da época ainda considerava universalmente masculinos, ligados ao exercício de funções e ações consideradas viris pela sociedade estadunidense para a qual escrevia Mead. A importância desse estudo, que se inscrevia na tradição estadunidense da Escola de Cultura e Personalidade, da qual também participaram pesquisadores como Ruth Benedict e Abram Kardiner, residia em seu esforço de desnaturalização do exercício da autoridade como um suposto traço da natureza masculina.

Na mesma linha se inscreve o trabalho da antropóloga estadunidense Ruth Landes intitulado *Cidade das Mulheres*, de 1947. Partindo de uma etnografia realizada na cidade de Salvador, esta obra estuda as lógicas relativamente igualitárias entre homens e mulheres no seio de religiões de matriz afro-brasileira. Ainda que nenhuma das duas obras falassem do político enquanto sistema ou poder instituído, ambas foram fundamentais na construção de uma reflexão descentrada sobre o poder, amplamente discutidos na forma de lógicas universais da “dominação masculina”, tema central na antropologia do século 20. Ademais, ambas analisam as relações de poder entre os sexos do ponto de vista cultural, o que significa dizer que ambas estão entre as primeiras teóricas a interpretar a “cultura” como lócus do poder.

Ainda na esteira da Escola de Cultura e Personalidade, destaca-se *The Autobiography of A Papago Woman*, de 1936, que consiste numa autobiografia de Maria Chona, uma indígena da Nação Tohono O’odham, localizado no atual Arizona. O livro foi coautorado com a antropóloga Ruth Underhill, aluna de Franz Boas nos anos 1930, e que publicou inúmeros estudos sobre os Tohono O’odham. A autobiografia de Maria Chona destaca-se não apenas por se contrapor a uma vasta literatura sobre povos indígenas dos Estados Unidos focadas exclusivamente sobre figuras masculinas, mas sobretudo por jogar luz sobre relações quotidianas de lutas, resistências e construções negociadas de vida que, no caso de Maria Chona, eram marcadas pelo fato de ela ser uma mulher divorciada. Apenas dois anos mais tarde, em 1938, Underhill publicaria *Singing for Power: The Song Magic of the Papago Indians of Southern Arizona*, um estudo sobre a prática do canto e poder entre os Tohono O’odham, atribuindo espaço considerável de análise às mulheres e as representações de perigo a qual elas eram associadas.

Divisão sexual, Cultura e Poder

A partir dos anos 1960, Pierre Clastres teria importante papel no debate francês sobre autoridade, poder e divisão sexual da vida social. O arco e o cesto, de 1962, publicado no Brasil como um capítulo do livro *A sociedade contra o Estado*, é um artigo de referência para a discussão antropológica sobre as interdições e hierarquias de poder ligadas à diferença sexual. A partir de sua pesquisa com grupos ameríndios do Paraguai, Clastres sustenta que o arco e cesto são objetos exclusivos, respectivamente, a homens e mulheres. Enquanto aos primeiros é proscrito tocar o cesto (sob o risco de se tornarem menos masculinos), às primeiras é proibido tocar o arco (sob pena de tornar menos masculino

o dono do objeto). Do ponto de vista de uma antropologia política, a contribuição de Clastres está em questionar não apenas o Estado como locus do político e do poder, mas também a ideia segundo a qual toda sociedade necessita de estruturas de exercício da autoridade coercitiva. Pelo contrário, sociedades ameríndias conhecem, argumenta ele, mecanismos de regulação do poder que impedem o surgimento da autoridade política (e do Estado) como força de coerção ou violência legítima. Ele se inscreve, portanto, numa reflexão sobre o exercício do poder que, assim como nas análises de Mead e Landes, não se limita às instituições políticas e seus dispositivos legais: trata-se de uma antropologia que, analisando relações entre homens e mulheres em diferentes contextos, aponta para uma compreensão mais ampla do exercício da autoridade em sociedades nas quais o poder não é igualmente institucionalizado.

No campo dos estudos de gênero, *O arco e o cesto* é um texto basilar da reflexão sobre a diferença sexual na organização política das sociedades humanas e das relações de poder que ela implica porque restitui mecanismos de controle sobre a diferença sexual para além da ideia de violência e dominação. Tanto o arco como o cesto certamente simbolizam hierarquias sociais entre homens e mulheres, segundo as quais a aproximação dos homens ao feminino é sinônimo de humilhação e rebaixamento: é interdito aos homens manusear os cestos, ato visto como vergonhoso para eles; enquanto às mulheres é interdito tocar o arco, o que atrairia o “pané”, a má sorte na caça dos homens. Ao mesmo tempo, o homem incapaz de desempenhar seu papel de caçador deve abandonar o arco e se dedicar às funções femininas, o que significa portar o cesto. A partir deste sistema simbólico, Clastres apresenta relações de interdependência nas quais a masculinidade e a função de marido dependem de cônjuges secundários próprios ao sistema poliândricos. Outra interdição fundamental neste sistema é a de comer sua própria caça, o que significa que para se alimentar um marido depende da caça de outro homem, o marido secundário. Alienado de sua própria caça, ele seria sempre um semimarido.

Clastres analisa também em outros textos as regras de casamento e circulação de mulheres, sempre situando tais fenômenos no interior de uma antropologia política que contesta a universalidade do princípio segundo o qual a esfera política seria indissociável da autoridade política centralizadora. As sociedades contra o Estado, segundo Clastres, são aquelas que mantêm mecanismos de contenção da aparição da autoridade política, e dos quais a dicotomia do arco e do cesto, enquanto interdição mútua, é uma expressão maior das barragens ao exercício da coerção política.

Ao mesmo tempo em que os trabalhos de Clastres se tornariam influentes no debate sobre poder e o político, eles ocupariam um lugar peculiar no cenário intelectual de sua época. Por um lado, tornar-se-ia conhecida sua tese segundo a qual as sociedades ameríndias teriam desenvolvido complexos mecanismos que acabavam por conter a aparição do poder coercitivo e suas formas de institucionalização – como o Estado. Ao afirmar que certas sociedades buscavam sua autonomia frente a estruturas de exercício coercitivo do poder, Clastres desloca a reflexão cara à certa antropologia política ainda alimentada pela filosofia contratualista e suas aplicações evolucionistas, essencialmente centrada na aparição do Estado. Por outro lado, as teorias de Clastres, sabidamente influenciadas por leituras anarquistas das formas de poder, portavam uma forte crítica tanto ao estruturalismo (Clastres, 1974:23) quanto ao marxismo (Clastres, 1978), as duas principais correntes intelectuais no contexto francês. Não obstante seu afastamento de ambas as correntes, sua obra se dedica a uma problemática compar-

tilhada por ambas e cujas interpretações foram disputadas, a saber: as lógicas universais de hierarquia e dominação, seguidamente analisadas pela lente da relação entre natureza e cultura e da circulação de mulheres, que analiso a seguir.

Parentesco e a dominação universal das mulheres

Consolidando sua posição de prestígio na antropologia, o campo de estudos sobre parentesco dominaria o debate antropológico nos anos 1950. Em parte, isso se explica pela sedimentação de teorias de pretensão universal sobre as estruturas que regem a organização das diferentes sociedades humanas e a origem da cultura. Em seu conjunto, essa literatura sustenta que o parentesco pode cumprir o papel organizador elementar da vida econômica, política e simbólica das sociedades humanas. Tal predominância hermenêutica do parentesco é bem sintetizado na definição de Rubin, segundo quem “[p]ara um antropólogo, um sistema de parentesco não é uma lista de pessoas aparentadas biologicamente. É um sistema de categorias e de status que muitas vezes se contrapõem às relações genéticas reais” (Rubin, 2017 [1975]: 21). Foi nesse contexto que as mulheres se tornaram o centro das análises sobre as lógicas de trocas e alianças constitutivas de arranjos sociais de cunho eminentemente político que são os casamentos.

Publicado por Claude Lévi-Strauss em 1949, o livro *As estruturas elementares do parentesco* serviu como referência desse debate ao propor uma teoria geral do parentesco que comprovaria definitivamente a preponderância das regras de organização social sobre o imperativo da procriação biológica. Dentre as regras universais do parentesco, nenhuma seria mais importante do que a proibição do incesto, alçada ao estatuto de ato fundante da cultura. Não porque a proibição do incesto impediria o matrimônio entre pessoas geneticamente próximas, mas porque ele levaria à promoção de laços exogâmicos; dito de outro modo, à construção de relações sociais ampliadas na forma de alianças fortes (casamentos). No bojo de uma tradição maussiana, influenciada pelo Ensaio sobre a dádiva, Lévi-Strauss lê este ímpeto centrípeto dos laços matrimoniais através das lentes da circulação da dádiva: assim como na prática do kula, mulheres são ofertadas e circulam na manutenção de uma organização social que não escapa de imperativos simbólicos, econômicos e políticos.

Mas o que nos interessa aqui é o fato de que, para citar novamente Gayle Rubin (2017 [1975]), “[d]ado que Lévi-Strauss entende que a essência dos sistemas de parentesco reside na troca de mulheres entre homens, ele constrói uma teoria implícita da opressão sexual”. Casamentos são uma forma elementar de troca masculina de presentes, sendo as mulheres os presentes ofertados; e a proibição do incesto menos uma interdição de casamento com irmãs e filhas do que uma obrigação de se dar irmãs e filhas a outros homens. Rubin lembra que “parentesco é organização, e a organização cria poder”. Adotando uma postura claramente crítica à hegemonia das teorias lévi-straussianas do parentesco, Rubin relewa um aspecto “discutível” da teoria das trocas das mulheres: se as mulheres são o objeto dessas trocas, elas são apenas instrumentos, impedidas de dispor delas mesmas na medida em que estão ao dispor da cultura – afinal, vale lembrar, é a interdição do incesto e, portanto, a circulação de mulheres, que funda a cultura.

Visto que Lévi-Strauss afirma que o tabu do incesto e as consequências de sua aplicação estão na origem da cultura, pode-se deduzir que a derrota histórica mundial das mulheres ocorreu na origem da cultura, e é um pré-requisito da cultura. Se sua análise for aceita em sua forma original, o programa feminista deve se propor uma tarefa ainda mais onerosa que a exterminação dos homens; ele deve buscar eliminar a cultura e substituí-la por algo absolutamente novo na face da terra. (Rubin, 1975)

Ao contestar a elementaridade dessas normas, e a dependência da cultura sobre as trocas de mulheres, Rubin evoca a natureza necessariamente inventiva da cultura. Em outras palavras, temos aqui um chamado à reinvenção da antropologia e seus conceitos fundadores. Afinal, tradições de pensamento forjadas no seio de uma sociedade que oprime mulheres não estão imunes ao sexismo daqueles seres culturais que teorizam sobre a cultura. A esse respeito, conclui Rubin: “A psicanálise e a antropologia estrutural são, em certo sentido, as mais sofisticadas ideologias do sexismo que existem por aí” (*idem*, 200).

Antropologia feminista e o conceito de gênero

A publicação, em 1974, da coletânea *Woman, Culture, and Society*, editado por Michelle Rosaldo e Louise Lamphere, trouxe contribuições de peso ao debate sobre a dominação das mulheres a partir da academia estadunidense. Nele, Sherry Ortner publicou um texto seminal intitulado *Is female to male as nature is to culture?* [Está a mulher para o homem como está a natureza para a cultura?], onde ela revisita importantes trabalhos etnográficos e teorias antropológicas sobre diferentes sociedades para sugerir a universalidade de uma dualidade representacional fundadora da “subordinação feminina” (Ortner, 1974:69): enquanto as mulheres seriam universalmente associadas à esfera da natureza (reprodução, fertilidade da terra, colheitas, emoções, etc.), aos homens atribuir-se-ia o reino da cultura (exercício da política, de cargos de sacerdócio, práticas econômicas e da racionalidade). Para Ortner, essas representações possuíam caráter universal e, para além das expressões explícitas de “desvalorização das mulheres”, expressariam “estruturas e condições de existência” próprios a cada cultura, mas universalmente identificáveis em sua diversidade local. Sua tese consistia em que mulheres sempre foram identificadas a objetos e espaços desvalorizados no plano da cultura porque vistas como inferior a esta, ou seja, relegadas ao plano da natureza.

No mesmo livro, Michelle Rosaldo publicaria outro texto fundamental para esse debate, intitulado *Woman, Culture, and Society: A Theoretical Overview* [Mulher, Cultura e Sociedade: um panorama teórico]. A partir de sua pesquisa junto aos Ilingo das Filipinas, Rosaldo se dedica à discussão a respeito da separação público/privado enquanto homologia universal do masculino/feminino. Fazendo referência aos supracitados trabalhos de Margareth Mead, ela denuncia a negligência da disciplina em relação aos papéis sociais exercidos por mulheres. Rosaldo também contesta o pressuposto de que mulheres jamais ocupam posições de poder, sugerindo que elas sofreriam da falta de reconhecimento social diante das figuras masculinas de posição equivalente. Refutando explicações causais, ela propõe um “modelo estrutural” (Rosaldo, 1974: 17) orientado à análise entre o público e o privado como divisão estruturante das assimetrias de poder entre os sexos, sempre atenta às estratégias e fontes alternativas de autoridade das mulheres. Com efeito, as teses

de Rosaldo dialogavam diretamente com aquelas de Ortner, na medida em que a restrição das mulheres ao espaço doméstico seria explicada pelas funções biológicas que lhes seriam atribuídas, sobretudo aquelas ligadas à reprodução e à maternidade (id.:24). Esta leitura representava um ponto de inflexão no debate sobre a diferença sexual e as relações de poder – sendo essencial para os debates posteriores sobre as relações de gênero – na medida em que trazia para o espaço do doméstico a reflexão sobre poder e o político, até então centrada no espaço público.

O que já discutido texto de Gayle Rubin, “Traffic in Women”, de 1975, retoma os argumentos de Ortner e Rosaldo para, do ponto de vista de uma antropologia marxista, realizar uma dura crítica às interpretações consolidadas não apenas por Lévi-Strauss, mas também Freud e Lacan, sobre o tema da circulação das mulheres. Ao cunhar a célebre expressão “sistema sexo/gênero”, Rubin propunha o gênero como uma categoria de designação de papéis sociais (passividade, reprodução, colheita, espaço privado etc.) baseadas no sexo biológico. Do ponto de vista conceitual, o mérito deste texto está em sua contribuição à progressiva introdução do conceito de gênero enquanto constructo social sobre a matéria-prima da natureza, e que viria a se consolidar como ferramenta analítica apenas nos anos 1980, mas sobretudo nos anos 1990 – quando o sistema sexo/gênero passaria a ser contestado pelos estudos queer, que propõem o sexo também como constructo. Já do ponto de vista teórico, Rubin revisitou as teorias francesas, especialmente maussianas e lévi-straussianas, da circulação para afirmar – sempre a partir de uma antropologia materialista – que as mulheres eram “bens” que circulavam.

Ainda na esteira da antropologia marxista, que teve grande centralidade para uma antropologia feminista do poder, figura a obra publicada pelo antropólogo francês Maurice Godelier, de 1982, intitulada *La production des grands hommes: pouvoir et domination masculine chez les Baruya de Nouvelle-Guinée* [A produção de grandes homens: poder e dominação masculina entre os Baruya da Nova Guiné]. Através de um diálogo crítico com as teorias estruturalistas da dominação universal masculina, Godelier aborda o exercício da autoridade e da violência na produção da masculinidade em Papua Nova Guiné. Suas análises exploram as formas de controle de objetos e funções religiosas e sua eficácia na reprodução de relações profundamente hierárquicas entre homens e mulheres, bem como as estruturas de legitimação social da dominação masculina. Cabe sublinhar que a noção de dominação é cara a essa literatura, que se nutre em grande medida dos estudos antropológicos sobre o patriarcado como instituição social. Entre os muitos exemplos etnográficos apresentados por Godelier nessa obra, são célebres suas análises no campo da religião: ele mostra que ainda que algumas mulheres possam ocupar a posição de xamãs, esse feito dependeria invariavelmente de relações assimétricas de poder a autorização de sacerdotes homens.

Gênero, violência e poder

As reflexões postas por Godelier sobre violência e poder se inscrevem em um movimento de crescente atenção da antropologia feminista, uma antropologia eminentemente política, à questão da violência contra as mulheres. Naquele momento, a noção de gênero ganhava espaço gerando controvérsia entre as adeptas da

nova categoria e as teóricas do patriarcado. Isso porque, argumentavam as últimas, a dimensão fundamentalmente relacional do gênero enquanto compreensão dialógica das formas de violência contra as mulheres apagava a dimensão fundamentalmente política do patriarcado enquanto forma de dominação masculina sobre as mulheres (Piscitelli, 2002).

Nicole Claude Mathieu, em artigo de 1985 intitulado *Quand céder n'est pas consentir* [Quando ceder não é consentir], posiciona-se neste debate como crítica do relativismo cultural frente à posição dominada das mulheres de diferentes sociedades. Ela denunciava a ausência das mulheres nas etnografias sugerindo que, sendo relegadas à posição de natureza, e, portanto, aleijadas da cultura, seriam sistematicamente silenciadas pela própria antropologia. Os anos 1980 são marcados por uma antropologia feminista engajada, ligada aos movimentos sociais, e que buscava qualificar o debate e as ações a respeito da violência contra as mulheres tanto na esfera pública quanto privada. No entanto, as formas de construção dessas políticas teóricas nunca foram consensuais entre as teóricas feministas, e a categoria de gênero representava um ponto de tensão entre uma compreensão orientada pela ideia de dominação e outra por noções mais relacionais, bastante influenciadas pelas teorias de Foucault (1979) sobre as relações de poder. Fundamentalmente, a perspectiva de Mathieu qualificava o debate sobre a noção de “consentir”, diferenciando-o do ato de “ceder” que, dizia ela, é, em última instância, convertido em mecanismo de culpabilização da vítima.

No início dos anos 1980, Mariza Corrêa publicaria duas obras de referência da antropologia feminista brasileira sobre as violências de gênero: *Os Crimes da Paixão* (1981) e *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais* (1983), que analisam os processos judiciais de crime de homicídio e tentativa de homicídio entre cônjuges (maioria de mulheres) nos anos 1960 e 1970 na cidade paulista de Campinas. Além de terem pioneiros para a construção do que viria a se tornar mais tarde uma antropologia do direito, dos documentos e da burocracia – por sua vez cara à antropologia política contemporânea – ambas as publicações representaram um avanço analítico crucial na análise das moralidades e relações de poder em jogo nos processos judiciais relativos a homicídios e tentativas de homicídios entre casais. Sobretudo no segundo livro, ao analisar os autos de processos judiciais em casos de feminicídio, Mariza Correa demonstra que o que está em julgamento nos processos judiciais não são apenas os fatos, mas sobretudo concepções de adequação do réu e da vítima a papéis sociais de gênero, respectivamente, masculino e feminino. A obra é reconhecida não somente por sua contribuição teórica, cuidadosamente argumentada, mas também por sua influência sobre os movimentos políticos e sobre o debate público mais amplo, na medida em que analisa os mecanismos morais ativados pelo sistema jurídico no ato do julgamento de assassinato de mulheres (Fry, 2018). Do ponto de vista teórico, dois aspectos são especialmente relevantes em sua análise: (i) o cruzamento, novo para a época, entre classe e gênero, mostrando que os julgamentos eram pautados por, e construía, papéis sociais que variavam segundo as posições de classe das envolvidas; e (ii) ao tomar também os casos de mulheres que assassinaram seus maridos, Correa complexifica de forma decisiva o estudo das formas de poder e exercício da violência contra mulheres.

Os estudos de Correia influenciariam uma série de trabalhos que os sucederiam nos anos 1980, como aqueles de Heloisa Pontes (1986), Maria Filomena Gregori (1988) e Miriam Pillar Grossi (1988), entre muitos outros. Foi precisamente o caráter relacional das relações de poder entre homens e mulheres, esboçado por Mariza Correa, que marcou a emergência dos estudos de gênero enquanto campo de pesquisa no

Brasil. Como abordado acima através da contribuição de Gayle Rubin, o conceito de gênero já vinha sendo empregado por algumas autoras desde os anos 1970 a fim de enfatizar os papéis sociais de homens e mulheres como constructos culturais atravessados por relações de poder e hierarquias sociais. Os estudos sobre violência conjugal dos anos 1980, entretanto, avançam esta reflexão ao trazer o caráter relacional do exercício de poder próprio às dinâmicas de violência contra as mulheres. Isso significa que, distanciando-se das teorias do patriarcado, as relações de gênero passam a ser analisadas precisamente como relações, ou seja, como um fenômeno marcado por tensões e disputas, ainda que essas relações sejam assimétricas e marcadas pelo exercício da violência. Este movimento teórico permite pensar o político através do gênero, inclusive no âmbito dos espaços domésticos, o que era também politicamente relevante no contexto em que uma das principais lutas do movimento feminista da época estava expressa no slogan “o privado é político”.

Ao longo dos anos 1990, muitos foram os estudos que abordaram o cruzamento entre gênero, violência e Estado através de pesquisas etnográficas sobre as Delegacias da Mulher, que começavam a ser implementadas nas principais cidades brasileiras. Autoras Maria Filomena Gregori (1993), Miriam Pillar Grossi (1995) e Jacqueline Muniz (1996) passaram a olhar para as Delegacias da Mulher como espaços de negociação de relações de poder e violências próprias ao espaço doméstico. Do ponto de vista de uma antropologia política, a importância desses estudos está em demonstrar que a perpetuação de dinâmicas de violência está ligada à incontornável dimensão relacional, quando não negociada, do poder: seguidamente, as mulheres evitam “prestar queixa” formalmente, solicitando às delegadas que convoquem seus maridos para lhes “dar um susto”, o que funciona como estratégia de reorganização moral, através da estrutura do Estado, de relações de poder no âmbito conjugal (Muniz, 1996) – quando não um espaço de reflexão e elaboração de suas experiências pessoais (Saffioti, 2004). Sublinha-se, assim, o gênero em seu aspecto relacional e negociado, sem negar, entretanto, as estruturas de hierarquia e desigualdade que constituem a vida social e o Estado. Do ponto de vista dos movimentos sociais, essa abertura analítica permitiu conceber novas políticas públicas de combate à violência contra as mulheres.

Gênero, Estado e nação

Um dos desdobramentos da literatura explorada acima foi um interesse crescente, ao longo dos anos 1990, pela articulação entre gênero, Estado e nação. A publicação por Venna Das, em 1995, de *Critical events: an anthropological perspective on contemporary India*, representa a passagem a uma antropologia cada vez mais atenta à construção do discurso nacional e nacionalista a partir de eventos críticos marcantes na vida de sujeitos e instituições. Nesse livro, Das esboça suas primeiras teorizações a respeito do parentesco como dispositivo de exercício de poder sobre os corpos das mulheres. Aprendemos que a independência da Índia, em 1947, é um momento de celebração, mas também de drama. Isso porque as tensões crescentes entre hindus e muçulmanos, quando da Independência indiana, levou à simultânea fundação do Paquistão, país destinado a esses últimos. Contudo, a enorme violência do processo seria acompanhada do rapto, estupro público e assassinato de dezenas de milhares de mulheres hindus e sikhs por homens muçulmanos e vice-versa. Nesse processo, milhares de mulheres foram forçadas ao casamento com seus raptadores.

A relação entre gênero e Estado aqui é dupla. Primeiramente, os corpos dessas mulheres funcionavam como campos de batalha nacional, que eram raptados, violentados, gravados com símbolos religiosos e mensagens como “Longa vida ao Paquistão/Índia”, tinham seus seios mutilados, antes de serem enviados de em vagões de trem ao “outro” lado da fronteira (Navajo-Tejero, 2019). Em segundo lugar, em 1948, ambos os Estados, indiano e paquistanês, realizaram um trabalho conjunto de “restituição” das mulheres sobreviventes às suas respectivas famílias. Muitas delas já haviam sido forçadas a um matrimônio que, segundo o acordo indo-paquistanês, não seriam reconhecidos como válidos. Veena Das analisa este esforço conjunto de ambos os Estados como um ato de resgate da honra nacional. A antropóloga indiana demonstra que a enorme violência entre hindus e muçulmanos – que foram historicamente constringidos à posição de inimigos mútuos a dividir um país – operou através do rapto e do estupro de mulheres como símbolos de vitória sobre o inimigo; e uma política de Estado voltada ao esquecimento desta página da história indo-paquistanesa um dever cívico garantidor da honra nacional.

Considerações finais: as contribuições do gênero à antropologia política

Busquei aqui restituir as articulações entre gênero e política (assim como suas expressões mais amplas, como poder e dominação) na história do pensamento antropológico. Um argumento subjacente à análise aqui proposta é que o atual campo da antropologia política é devedor de uma longa tradição de estudos preocupados com a questão da diferença sexual e das relações de gênero. A análise aqui proposta se soma a outras que sustentam o papel do conceito de gênero nas transformações teóricas da nossa disciplina (Segato, 1997), assim como da antropologia feminista para a organização do campo disciplinar (Ferreira, 2016). Ao mesmo tempo, busco destacar como “o político” tem sido pensado através de conceitos correlatos, como hierarquia, dominação, patriarcado, violência, autoridade, poder e Estado, evidenciando não apenas sua capilaridade na teoria antropológica, mas sobretudo sua complexa constituição enquanto conceito. Desde os trabalhos de Margareth Mead sobre temperamentos feminino e masculino até os trabalhos de Veena Das sobre as articulações entre Estado e gênero, podemos traçar uma linhagem intelectual interessada nas relações de gênero enquanto dimensão fundacional de uma antropologia política que se forma ao longo de décadas de estudos através dessa profícua miríade conceitual. Contudo, para além de sua dominante presença como tema, as relações de gênero tiveram um duplo papel na definição não apenas da antropologia política como subcampo disciplinar, mas da antropologia contemporânea como um todo.

Um primeiro papel dos estudos sobre mulheres e, mais tarde, das relações de gênero releva da centralidade que adquiriria as relações de poder para a compreensão do social. Ainda que a atenção às relações de poder possa parecer um traço óbvio da reflexão antropológica *per se*, cabe lembrar que o poder foi considerado como uma dimensão secundária do social por diversas correntes dominantes. Não apenas o funcionalismo, mas também o estruturalismo clássico se apoiou fortemente nessa leitura através de suas diversas vertentes, como no caso dos trabalhos de Louis Dumont (1967) sobre o sistema de castas na Índia. Aluno de Lévi-Strauss, Dumont contestou a leitura weberiana

do sistema de castas como forma de poder e submissão entre estratos sociais para explicá-la como estrutura de relação ao invés de segregação. Em suma, recorrendo ao conceito de “hierarquia”, em oposição ao de “individualismo”, ele sustentou que regras de matrimônio entre populações dravidianas do sul da Índia seguiam “sistemas de afinidade” baseadas em princípios de pureza que mais do que segregar, integravam castas num sistema total, hierárquico, de interdependências. Assim, a “pureza” como princípio sagrado e organizador da vida social levou-lhe à formulação de que na Índia a pureza “engloba” o poder (Dumont, 1983).

Ainda no contexto do debate francês, Georges Balandier, um dos precursores da antropologia política na França nos anos 1960, fustigaria o estruturalismo de Dumont e Lévi-Strauss por privilegiar “a lógica das relações, ignorando a dinâmica e a história” (Balandier, 1985:311). Balandier, que assim como seus homólogos de Manchester, inscrevia-se numa antropologia africanista interessada pelos efeitos do colonialismo sobre as sociedades africanas, acordando grande atenção às transformações políticas e econômicas acarretadas pela colonização, não deixaria de comentar o prefácio redigido por Dumont à edição francesa dos Nuer, de Evans-Pritchard, no qual a organização política é um tema central. Balandier se mostra chocado com a surpresa que expressa Dumont diante do fato que cada vez mais antropólogos se dedicavam ao político, assunto este que, aos olhos de Dumont, “a antropologia verdadeiramente estrutural deveria ver apenas como uma atenção exagerada ao político” (*idem*).

É fato amplamente aceito que a antropologia estruturalista clássica negligenciou o político em sua tendência à “contemplação da coerência e integração das sociedades tradicionais” (Donegani, 2006: 8); assim como fato reconhecido é de que a perspectiva dinamista representada por Edmund Leach, Gluckman, e na qual se inscrevia Balandier, representava ela mesma um posicionamento ao mesmo tempo teórico e político. Não à toa, o debate intelectual dos anos 1960, profundamente marcado por correntes marxistas e anarquistas, especialmente no contexto pós-1968, associaria o estruturalismo e seu desprezo pelo político, pelo poder e pela transformação histórica como uma marca do conservadorismo político – às vezes abertamente associado à direita (Lardinois, 2007) – do que Dumont chamou de “verdadeiro estruturalismo” – e que seria depois ressignificado, com uma introjeção radical de historicidade, por autores como Marshall Sahlins.

Foi precisamente neste contexto em que autoras e autores citados neste artigo se dedicaram às relações de poder entre homens e mulheres, e em seguida relações de gênero, abrindo novos campos interpretativos para a antropologia da segunda metade do século 20. Afinal, a antropologia feminista que se consolidaria enquanto campo a partir dos anos 1970 era uma antropologia política no duplo sentido do termo: voltada ao político enquanto fenômeno social, mas também ao caráter político de toda forma de conhecimento, inclusive científico. Essa segunda faceta da antropologia feminista seria profundamente influenciada pela obra de Michel Foucault, especialmente seus escritos sobre a relação entre saber e poder (1966), dando lugar a uma vasta produção epistemológica feminista que contestaria as ideias de neutralidade e objetividade do conhecimento (Moore, 1987). Portanto, não seria exagero afirmar que os estudos de gênero e feministas contribuíram de modo determinante para a consolidação da centralidade epistemológica que gozam as relações de poder na antropologia contemporânea.

O segundo papel da antropologia feminista que gostaria de sublinhar à guisa de conclusão é uma consequência da supramencionada prevalência da perspectiva das relações de poder sobre análises estruturalistas clássicas (Bonetti, 2009): mais do que afirmar a relevância das relações de gênero como elemento estruturante do mundo social, vimos o gênero emergir como ferramenta de complexificação da compreensão das relações de poder em sua totalidade, graças a um conceito que se tornaria incontornável a partir dos anos 2000, o de “interseccionalidade” (Crenshaw, 1989). Nesse sentido, a antropologia feminista foi responsável por uma profunda renovação epistêmica da antropologia do século 21 como um todo, na medida em que – além de contribuir para a promoção do “poder” não apenas como tema, mas sobretudo como lente interpretativa privilegiada da antropologia – atualizou justamente através da natureza relacional do gênero, expressa no conceito de interseccionalidade, a compreensão de outros marcadores sociais da diferença, como a raça, a classe, a deficiência, entre outros, e sua centralidade na organização social de um mundo contemporâneo em contínua transformação e tensão.

Em suma, o fato que uma boa parte da antropologia contemporânea tenha se voltado, de modo mais ou menos consciente, a uma antropologia política se deve em grande medida aos estudos de gênero e à antropologia feminista. Mais recentemente, ganhou corpo um sofisticado debate sobre a relação entre política, poder e a virada ontológica, que, como é amplamente conhecido, é herdeira da antropologia estruturalista. Na medida em que muitos se perguntam se ontologia e uma reflexão sobre o político e o poder podem caminhar juntos (Holbraad, Pedersen e Viveiros de Castro, 2014; Candea, 2014), e outros se questionam se o que vimos é uma virada ontológica na política ou uma virada política na epistemologia (Merino, 2023), pesquisadoras buscam formas de corporificar a ontologia na análise de sujeitos políticos caros ao feminismo. Seja qual for o desdobramento desses debates ontopolíticos, o gênero continuará a ser uma categoria útil para transformar a antropologia política.

Vinicius Kauê Ferreira é Professor no Departamento de Antropologia e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ.

REFERÊNCIAS

- Balandier, G. (1967). *Anthropologie politique*. Paris: P.U.F.
- Bonetti, A. L. (2009). Etnografia, gênero e poder: antropologia feminista em ação. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, 14(2), 105–122.
- Candea, Matei. (2014). The Ontology of the Political Turn. *Fieldsights*, January 13.
- Chona, M.; Underhill, R. (1936). *The Autobiography of A Papago Woman*. Menasha: American Anthropological Association.

- Clastres, P. (1977). Les marxistes et leur anthropologie. *Libre*, 3, 135-149.
- Clastres, P. (1974). *La Société contre l'État*. Paris: Éditions de Minuit.
- Correa, M. (1983). *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro, Graal.
- Crenshaw, K. (1991). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, 43(6): 1241-1299.
- Das, V. (1995). *Critical events: an anthropological perspective on contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press.
- Dumont, L. (1967). *Homo hierarchicus. Le système des castes et ses implications*. Paris, Gallimard.
- Dumont, L. (1983). *Essai sur l'individualisme. Une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne*. Paris: Le Seuil.
- Fabian, J. (1983). *Time and the other: how Anthropology makes its object*. New York: Columbia University Press.
- Ferreira, V.K. (2016). Sociologia, Feminismos e Dalit Studies: o novo campo da Sociologia na Índia. In C. M. B. Sardenberg & L. S. Minella. (Orgs.). *Gênero e Ciências: mulheres em novos campos*. (pp. 261-286). Salvador: EDUFBA/NEIM.
- Fortes, M., & Evans-Pritchard, E.E. (1940). *African political systems*. Oxford: Oxford University Press.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Fry, P. (2018). Mariza Corrêa (1945-2016) – uma homenagem muito pessoal. *Cadernos Pagu*, 54. <https://doi.org/10.1590/18094449201800540001>
- Godelier, M. (1982). *La production des grands hommes: pouvoir et domination masculine chez les Baruya de Nouvelle-Guinée*. Paris: Fayard.
- Gluckman, M. (1955). *Custom and conflict in Africa*. Oxford: Basil Blackwell.
- Gluckman, M. (1940). Analysis of a social situation in Modern Zululand. *Bantu Studies*, 14(1), 1-30.
- Gregori, M.F. (1993). As desventuras do vitimismo. *Revista Estudos Feministas*, 1(1), 143-149.

- Gregori, M.F. (1988). *Violência contra a mulher: a prática do SOS-Mulher (SP), cenas e queixas* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Grossi, M.P. (1995). Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, n. especial, 473-483.
- Grossi, M.P. (1988). *Representations sur les femmes battues - la violence contre les femmes au Rio Grande do Sul* (Tese de Doutorado). Université Paris Descartes, Paris V, França.
- Hobbes, T. 1998 [1651]. *O Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Nova Cultura.
- Holbraad, M; Pedersen, M. A.; Viveiros de Castro, E. (2014). The Politics of Ontology: Anthropological Positions. *Fieldsights*, January 13.
- Lamphere, L., & Rosaldo, M. (1974). *Women, culture, and society*. Stanford, California: Stanford University Press.
- Landes, R. (1947). *The city of women*. New York: The Macmillan Co.
- Lardinois, R. (2007). *L'invention de l'Inde*. Paris: CNRS Éditions.
- Leach, E.R. (1954). *Political systems of Highland Burma: a study of Kachin social structure*. London: LSE / Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Maine, H. (1861). *Ancient law: its connection with the early history of society, and its relation to modern ideas*. London: John Murray.
- Mathieu, N.-C. (1985). Quand céder n'est pas consentir: des déterminants matériels et psychiques de la conscience dominée des femmes, et de quelques-unes de leurs interprétations en ethnologie in: N.-C. Mathieu (ed.) *L'Arraînement des femmes: essais en anthropologie des sexes* (pp. 169-245). Paris: Editions de l'Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales.
- Mead, M. (1935). *Sex and temperament in three primitive societies*. New York: William Morrow.
- Merino, N. Sanz. (2023). Latour on Politics: Political Turn in Epistemology or Ontological Turn in Politics?. *Perspectives on Science*, 31(1), 119–138.
- Montesquieu. (1749). *De l'esprit des Loix*. Genève: Chez Barillot & Fils.
- Moore, H. L. (1988). *Feminism and anthropology*. Cambridge: UK, Polity Press.
- Morgan, L.H. (1877) *Ancient society or researches in the lines of human progress from savagery through barbarism to civilization*. London: MacMillan & Company.

- Muniz, J. (1996). Os direitos dos outros e outros direitos: um estudo de caso sobre a negociação de conflitos nas DEAMs/RJ. In: L.E. Soares (Org.). *Violência e Política no Rio de Janeiro* (pp. 125-164). Rio de Janeiro: Relume & Dumará.
- Navarro-Tejero, A. (2019). Sacks of mutilated breasts: violence and body politics in South Asian partition literature. *Journal of International Women's Studies*, 20(3), 44-50.
- Ortner, S. (1974). Is female to male as nature is to culture? In M. Rosaldo & L. Lamphere. *Woman, culture, and society* (pp. 67–87). Stanford, CA: Stanford University Press.
- Piscitelli, A. (2002). Recriando a (categoria) mulher?. In L. M. Algranti. *A prática feminista e o conceito de gênero. Textos didáticos*. Campinas: IFCH.
- Pontes, H. (1986). *Do palco aos bastidores: o SOS-Mulher e as práticas feministas contemporâneas* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- Richard, L. (2019). Is Ontological Thinking a Dead End for Emancipatory Politics: Radical Democracy, Embodiment, and Judith Butler's "ontological turn". *Raisons politiques*, 76, 55-75.
- Rosaldo, M. (1974). Woman, culture, and society: a theoretical overview. In L. Lamphere & M. Rosaldo (Eds.). *Women, culture, and society* (pp. 17-42). Stanford, California: Stanford University Press.
- Rubin, G. (1975). The traffic in women: notes on the 'political economy' of sex. In R. Reiter (Ed.). *Toward an anthropology of women* (pp. 157-210). New York: Monthly Review Press.
- Rubin, G. (2017). O tráfico de mulheres. In G. Rubin. *Políticas do sexo*. São Paulo: UBU Editora.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Schwarcz, L.M. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Segato, R. L. (1997). Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. *Sociedade e Estado*, 12(02), 235–262.
- Underhill, R. (1938). *Singing for Power: The Song Magic of the Papago Indians of Southern Arizona*. Berkeley: University of California Press.

ANTROPOLOGIA POLÍTICA E GÊNERO: UMA BREVE REVISÃO HISTÓRICA

Resumo: Este ensaio propõe uma breve revisão histórica dos debates sobre poder e gênero na literatura antropológica. Demonstro que a problemática da desigualdade sexual já aparece em trabalhos clássicos da antropologia evolucionista do século 19 como elemento-chave de compreensão do poder. Em seguida, percorro as contribuições de trabalhos precursores do culturalismo americano que colocam em evidência contextos de autoridade feminina. Abordo também os debates sobre a universalidade da dominação masculina de meados do século 20, assim como sua contestação com os debates dos anos 1980 sobre a relacionalidade das dinâmicas de violência de gênero. Concluo, então, com discussões mais recentes sobre as articulações entre Estado, nação e mulheres no século 21. Em suma, mostro que a antropologia feminista foi fundamental para a consolidação da Antropologia Política como um todo.

Palavras-Chave: Antropologia Política; Relações de Gênero; Gênero e Poder.

POLITICAL ANTHROPOLOGY AND GENDER: A BRIEF HISTORICAL REVIEW

Abstract: This essay proposes a brief historical review of the debates on power and gender in anthropological literature. I demonstrate that the problem of sexual inequality already appears in classic works of 19th century evolutionary anthropology as a key element in understanding power. I then look at the contributions of early works of American culturalism that highlight contexts of female authority. I also address the debates on the universality of male domination in the mid-20th century, as well as their contestation with the debates of the 1980s on the relationality of the dynamics of gender violence. I then conclude with more recent discussions on the links between the state, the nation and women in the 21st century. In short, I argue that feminist anthropology was key to the consolidation of Political Anthropology as a whole.

Keywords: Political Anthropology; Gender Relations; Gender and Power.

ANTROPOLOGÍA POLÍTICA Y GÉNERO: UNA BREVE REVISIÓN HISTÓRICA

Resumen: Este ensayo propone una breve revisión histórica de los debates sobre poder y género en la literatura antropológica. Demuestro que el problema de la desigualdad sexual aparece ya en las obras clásicas de la antropología evolucionista del siglo XIX como un elemento clave para entender el poder. A continuación, repaso las aportaciones de las primeras obras del culturalismo estadounidense que hacen hincapié en los contextos de autoridad femenina. También abordo los debates sobre la universalidad de la dominación masculina de mediados del siglo XX, así como su impugnación con los debates de los años ochenta sobre la relacionalidad de la dinámica de la violencia de género. Concluyo con debates más recientes sobre los vínculos entre el Estado, la nación y las mujeres en el siglo XXI. En resumen, sostengo que la antropología feminista fue fundamental para la consolidación de la antropología política en su conjunto.

Palabras clave: Antropología política; Relaciones de género; Género y poder.

RECEBIDO: 04/06/2023

ACEITO: 02/07/2024

PUBLICADO: 01/10/2024



Este é um material publicado em acesso
aberto sob a licença *Creative Commons*
BY-NC